O desempenho do produto andou em paralelo com o crescimento de 16,2% do mercado de aluguéis de imóveis

Com o aquecimento do mercado de locação de imóveis, o seguro Fiança Locatícia teve o melhor janeiro em cinco anos, desconsiderando o efeito inflacionário. Um levantamento da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg) mostrou que o ramo teve alta de 195% entre 2020 e 2024, passando de pouco mais de R$ 44 milhões para quase R$ 130 milhões. Em comparação com 2023, quando arrecadou R$ 103 milhões, houve um crescimento de 25,8%. O resultado acompanhou um dos principais índices de acompanhamento de preços de aluguéis de imóveis residenciais, o FipeZAP, que apontou um crescimento de 16,2% das locações no primeiro mês deste ano se comparado com o ano anterior.

Em paralelo com o crescimento na arrecadação do produto, a CNseg identificou que o Fiança Locatícia apresentou altas frequentes no pagamento de indenizações nos últimos cinco janeiros. Em 2020, foram pagos R$ 16,3 milhões, e este ano o valor se aproximou dos R$ 57 milhões, representando um aumento de 249,7%. Se comparado com 2023, a alta foi de 8,8%.

Dos estados que apresentaram maior procura pelo produto e desembolsos no primeiro mês do ano, destaque para São Paulo, com quase R$ 68 milhões arrecadados e R$ 31,6 milhões retornados aos clientes, seguido por Minas Gerais, com arrecadação de R$ 16,8 milhões e R$ 11,3 milhões em indenizações aos segurados.

O seguro Fiança Locatícia tem o objetivo de garantir o pagamento de indenização ao locador do imóvel quando este sofrer prejuízos por conta da inadimplência do locatário. Dyogo Oliveira, presidente da CNseg, destaca que o evento indenizatório estará caracterizado pela ocorrência da decretação do despejo, do abandono do imóvel ou da entrega amigável das chaves. “Trata-se de um contrato acessório que não substitui o contrato de locação do imóvel”, explica o executivo.

Seguindo a linha do Fiança Locatícia, o mercado segurador, no consolidado de todos os ramos, também teve performance positiva em seus indicadores. Em relação à demanda por produtos de seguro, planos de previdência complementar aberta e títulos de capitalização, na comparação entre janeiro deste ano com o de 2023, o avanço foi de 12,6%, totalizando R$ 35,1 bilhões arrecadados.

O presidente da CNseg, Dyogo Oliveira, explica que o crescimento foi impulsionado, principalmente, pelos produtos de Coberturas de Pessoas, responsável por mais de 63% de toda receita no mês. Este segmento cresceu em 17,9% se comparado com o ano anterior, com destaque para as contribuições da Previdência que somaram R$ 16,2 bilhões, evolução de 18,8% sobre 2023. O executivo também destaca que, no mesmo período, os seguros de Danos e Responsabilidade evoluíram 5,0% em arrecadação e, os Títulos de Capitalização, 2,8%.

Em relação às indenizações, benefícios, resgates e sorteios, foram pagos aproximadamente R$ 21 bilhões em janeiro deste ano, 1,0% a mais que no ano passado. O ramo que teve o maior crescimento percentual no primeiro mês do ano, após quedas consecutivas mensais em 2023, foi o Rural. O produto pagou mais que o dobro (100,5%) de indenizações quando comparadas a janeiro do ano passado. Salienta-se também o forte avanço nos pagamentos dos seguros Patrimoniais Massificados, que congregam o Residencial, o Condomínio e o Empresarial com 59,8%; o Responsabilidade Civil com 49,2%; o Habitacional com 27,1%; e a Capitalização com 25,5%.

Dados de 2023 – Seguros e Saúde Suplementar

Nos 12 meses de 2023, mais de R$ 225,2 bilhões foram pagos em indenizações, benefícios, resgates e sorteios, volume 2,5% superior ao de 2022. Também foi notado o crescimento constante na procura por produtos que protegem o patrimônio e o futuro, além de estimular a disciplina financeira dos seus clientes. No ano, a evolução foi de 9,0% em relação a 2022, com mais de R$

387,9 bilhões arrecadados.

Na Saúde Suplementar, os últimos dados divulgados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) mostram que no acumulado até o terceiro trimestre de 2023, as contraprestações do segmento arrecadaram R$ 206,5 bilhões, valor 13,8% superior ao de 2022. Em relação aos pagamentos aos beneficiários, foram reembolsados R$ 178,6 bilhões no mesmo período, crescimento de 12,5% sobre o mesmo período do ano anterior. Os planos Médico-Hospitalares pagaram R$ 176,4 bilhões e os planos exclusivamente Odontológicos, R$ 2,2 bilhões, uma alta de 11,5%, na mesma comparação.

Fonte: CNseg, em 15.04.2024.